

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Hoje, a Cetelem atende as necessidades de clientes de todas as classes sociais e contribui para a consolidação do crédito como uma ferramenta importante de fidelização e de gerenciamento do orçamento doméstico.

A Cetelem vem apresentando um crescimento alinhado com um plano de reestruturação que visa à melhoria de eficiência operacional das suas atividades. Neste semestre apresentou um lucro líquido de R\$21 milhões de reais, em linha com as expectativas da Administração.

Desempenho Econômico-Financeiro

Os Ativos Totais da Cetelem em 30 de junho de 2014 somaram R\$ 2.000 milhões com um Patrimônio Líquido de R\$ 367,7 milhões. O resultado apurado no primeiro semestre de 2014 foi um lucro de R\$ 21 milhões contra um lucro de R\$ 4,9 milhões no primeiro semestre de 2013.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito em 30 de junho de 2014 fechou em R\$ 1.796 milhões (R\$ 2.001 milhões em junho de 2013, sendo que nesse período R\$ 592 milhões eram de carteira originada por cessões de crédito recompradas pelo BMG em junho/2014). A carteira de crédito está distribuída em empréstimos e

financiamentos nos produtos de crédito pessoal, crediários, cartão de crédito e outros. A carteira de cartão de crédito apresentou um crescimento de 25%.

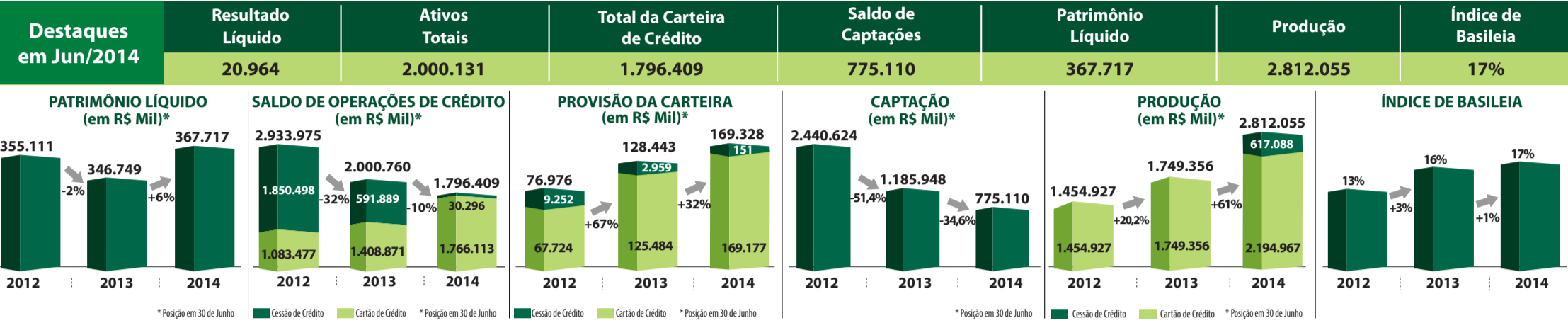
Em junho de 2014 a provisão sobre a carteira de crédito atingiu R\$ 169 milhões (R\$ 128 milhões em junho de 2013), devido principalmente ao aumento da carteira de cartão de crédito.

Índice de Basileia

Em 30 de junho de 2014, o índice individual da Cetelem é de 16,9%. Desde 31 de março de 2009 a Cetelem reporta os limites de forma consolidada através do líder o conglomerado Banco BNP Paribas Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes e parceiros comerciais pela preferência, aos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento com os nossos objetivos e resultados alcançados no primeiro semestre do ano de 2014.



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Jun/2014	Jun/2013	Passivo	Jun/2014	Jun/2013
Circulante	1.809.114	1.724.119	Circulante	1.532.905	1.532.197
Disponibilidades	1.029	1.169	Depósitos	747.168	930.423
Aplicações interfinanceiras de liquidez	143.132	58.132	Depósitos interfinanceiros	747.168	930.423
Aplicações em depósitos interfinanceiros	143.132	58.132	Outras obrigações	785.737	601.774
Operações de crédito	700.820	853.789	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	298	247
Setor privado	859.648	974.058	Fiscais e previdenciárias	14.627	8.122
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(158.828)	(120.269)	Diversas	770.812	593.405
Outros créditos	948.376	794.245	Exigível a longo prazo	80.284	302.475
Diversos	955.883	799.892	Depósitos	27.942	255.525
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(7.507)	(5.647)	Depósitos interfinanceiros	27.942	255.525
Outros valores e bens	15.757	16.784	Outras obrigações	52.342	46.950
Despesas antecipadas	15.757	16.784	Fiscais e previdenciárias	16.592	18.078
Realizável a longo prazo	145.982	422.391	Diversas	35.750	28.872
Operações de crédito	34.602	326.686	Resultados de exercícios futuros	19.225	14.919
Setor privado	37.482	329.142	Resultados de exercícios futuros	19.225	14.919
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(2.880)	(2.456)	Patrimônio líquido	367.717	346.749
Outros créditos	87.895	67.869	Capital social	346.753	422.414
Diversos	88.008	67.941	De domiciliados no país	346.753	422.414
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(113)	(72)	(Prejuízos) acumulados	-	(75.665)
Outros valores e bens	23.485	27.836	Reservas de lucros	20.964	-
Despesas antecipadas	23.485	27.836			
Permanente	45.035	49.830			
Imobilizado de uso	953	860			
Outras imobilizações de uso	2.177	1.710			
(-) Depreciações acumuladas	(1.224)	(850)			
Intangível	44.082	48.970			
Outros ativos intangíveis	62.972	62.613			
(-) Amortizações acumuladas	(18.890)	(13.643)			
Total do ativo	2.000.131	2.196.340	Total do passivo e patrimônio líquido	2.000.131	2.196.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo) por lote de mil ações

	Jun/2014	Jun/2013
Receitas da intermediação financeira	323.644	210.288
Operações de crédito	266.852	208.122
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	804	2.161
Resultado de operações de câmbio	68	5
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	55.920	-
Despesas da intermediação financeira	(192.050)	(123.940)
Operações de captação no mercado	(120.822)	(77.782)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.228)	(46.158)
Resultado bruto da intermediação financeira	131.594	86.348
Outras receitas (despesas) operacionais	(85.251)	(71.732)
Receitas de prestação de serviços	42.848	34.623
Rendas de tarifas bancárias	31.334	24.695
Despesas de pessoal	(21.932)	(14.750)
Outras despesas administrativas	(123.735)	(115.386)
Despesas tributárias	(18.192)	(14.278)
Outras receitas operacionais	44.111	57.262
Outras despesas operacionais	(39.685)	(43.898)
Resultado operacional	46.343	14.616
Resultado não operacional	-	23
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações	46.343	14.639
Imposto de renda e contribuição social	(20.015)	(7.216)
Provisão para imposto de renda	(3.781)	(1.303)
Provisão para contribuição social	(2.380)	(830)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.854)	(5.083)
Participações estatutárias	(5.364)	(2.559)
Lucro líquido do semestre	20.964	4.864
Lucro líquido por lote de mil ações - em R\$	60,46	11,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	422.414	-	(80.529)	341.885
Lucro líquido do semestre	-	-	4.864	4.864
Saldos em 30 de junho de 2013	422.414	-	(75.665)	346.749
Saldos em 31 de dezembro de 2013	422.414	-	(75.661)	346.753
Redução de capital (Nota 15a)	(75.661)	-	75.661	-
Lucro líquido do semestre	-	-	20.964	20.964
Destinações:				
Reserva legal (Nota 15c)	-	1.048	(1.048)	-
Reserva de lucros (Nota 15c)	-	-	19.916	19.916
Saldos em 30 de junho de 2014	346.753	1.048	19.916	367.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Jun/2014	Jun/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais	123.641	79.466
Lucro líquido ajustado	20.964	4.864
Varição monetária	1.282	3.325
Depreciações e amortizações	2.720	2.750
Amortização de despesas antecipadas	4.497	2.835
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	71.228	46.158
Provisão para perdas com contratos suspensos	3.500	7.191
Impostos diferidos	13.854	5.083
Provisões para contingências	5.596	7.260
Varição de ativos e passivos operacionais	19.669	(123.046)
Redução de operações de créditos	824.571	581.569
(Aumento) de outros créditos	(19.190)	(61.769)
(Aumento) de outros valores e bens	(6.012)	(995)
(Redução) de depósitos	(788.974)	(667.731)
Aumento de outras obrigações	6.535	26.807
Aumento (redução) de resultado de exercícios futuros	2.739	(927)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	143.310	(43.580)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	2	(2)
Aquisição de imobilizado de uso	(159)	(2)
Baixa de imobilizado de uso	2	-
Aquisição de intangível	(277)	(569)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(434)	(571)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	142.876	(44.151)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.285	103.452
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	144.161	59.301
142.876	(44.151)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Cetelem Brasil") foi constituída em 20 de dezembro de 1999, com sede a Alameda Tocantins, 280 Barueri-SP, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN - em 31 de janeiro de 2000, tendo como objetivo principal a concessão de crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal. As operações de empréstimo tiveram início em novembro de 2000. As operações são conduzidas no contexto de conjunto de empresas que atuam integradamente no mercado financeiro e de serviços, e certas operações têm a participação ou a intermediação de empresas ligadas. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COFIS. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN até o momento. Desta forma a Cetelem Brasil, na elaboração das demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.999/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões - passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 01 de agosto de 2014.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apreciação do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial. b) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São demonstradas pelos valores aplicados e consideram as rendas até a data do balanço, recalculados em base "pro rata" dia. c) Operações de crédito, outros créditos e provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa. As operações de crédito e outros créditos com características de operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco que tinham sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa considerada suficiente pela Administração atende aos requisitos estabelecidos pelo BACEN, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5 e 6. d) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. e) Permanente: Demonstrado ao custo de aquisição combinado com os seguintes aspectos: * Os investimentos em controlada e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. * Depreciação acumulada do imobilizado, calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens. * O ativo intangível é registrado pelo custo deduzido da amortização acumulada. Os gastos com aquisição de logísticos são amortizados em 5 anos ou proporcionalmente ao prazo de utilização. Impairment é o procedimento de avaliação dos bens da instituição para corrigir eventuais divergências entre o valor contabilizado versus valor real de mercado (valor recuperável). Através dele é possível identificar se um determinado bem tem projeção de geração de caixa inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado. Este procedimento é regulamentado pelo pronunciamento contábil CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos. Além disso, a Cetelem recorreu o inventário de seu imobilizado e não identificou ativos obsoletos que resultassem em perdas em 30 de junho de 2014 (R\$ 38 em 2013). f) Depósitos interfinanceiros: São demonstrados pelos valores de exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, recalculados em base "pro rata" dia. g) Passivos circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados por valores contábeis ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias. h) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa acumuladas. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. Todos são registrados pelas alíquotas vigentes à época do balanço. Os Créditos Tributários provenientes de imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos são realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta na nota 8, devidamente fundamentado

em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições. Os Créditos Tributários de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos calculados sobre Prejuízo Fiscal - PF e Base Negativa - BN de períodos anteriores, são realizados à medida que a Cetelem Brasil apresente lucro tributável. A legislação do imposto de renda, através da Lei 8.981/95 prevê que as pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, limitado a 30%, os valores dos referidos prejuízos. Em 13 de maio de 2014, foi editada a Lei 12.973, que converteu em Lei a Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013. A referida Lei altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior. A administração avaliou as alterações trazidas pela Lei 12.973 e entende que as demonstrações financeiras da Cetelem Brasil não sofrerão impactos significativos. i) Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A Cetelem Brasil apura a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pelo regime cumulativo. As alíquotas aplicadas são respectivamente 6,65% e 4%. j) Imposto sobre serviços: A Cetelem Brasil tem sede e recolhe o Imposto Sobre Serviços (ISS) na cidade de Barueri, onde a alíquota é de 2%. k) Ativos e Provisões Contingentes e Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25 e na Carta-Circular BACEN nº 3.429/10 da seguinte forma: * Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; * Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificadas utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor; e, * Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. Para as ações civis relacionadas com as operações de varejo, o provisionamento é constituído com base no histórico de perda e valores pagos em processos encerrados, sendo este histórico considerado para mensuração das provisões sobre os processos em andamento. O mesmo ocorre para as ações trabalhistas, onde tal provisionamento é constituído com base no histórico de perda e valores pagos em processos encerrados; j) Uso de estimativas: A elaboração das informações financeiras da Cetelem Brasil exige que a Administração faça uso de estimativas relativas, por exemplo, ao valor justo de ativos e passivos financeiros, vida útil de ativo imobilizado, provisões para perdas com crédito e contingências, que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor de justo.

Descrição	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional	899	1.121
Disponibilidades em moeda estrangeira	130	48
Total	1.029	1.169
Aplicações interfinanceiras de liquidez	143.132	58.132
Total de caixa e equivalentes de caixa	144.161	59.301

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2014, estão assim sumarizadas:

a) Por tipo de operação e nível de risco:

	2014								Total
Descrição	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimo - cartão de crédito	216.182	34.600	28.390	22.508	19.253	22.770	21.012	90.833	455.548
Empréstimos adquiridos por cessão de crédito	30.296	-	-	-	-	-	-	-	30.296
Empréstimo - outros	7.555	877	24.911	11.440	2.702	10.973	4.039	19.402	81.899
Financiamentos - crediário	2.379	130	140	65	78	99	71	341	



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO 2014 E DE 2013
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(vide Nota 8). (b) Referem-se aos valores das compras efetuadas pelos titulares de cartão de crédito. As faturas não liquidadas integralmente no vencimento são transferidas para a conta "Empréstimo - cartão de crédito" na rubrica "Operações de crédito". As principais informações dessa conta estão apresentadas em conjunto com a rubrica "Operações de crédito". (c) Referem-se, basicamente, a valores a receber de bancos conveniados relativos a parcelas mensais de financiamentos no cartão de crédito e outros pagamentos.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo da provisão ativa de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "Outros Créditos - Créditos Tributários" apresenta a seguinte composição:

Imposto de renda	Saldo		Realização	Saldo final
	inicial	Constituição		
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos em liquidação duvidosa	41.570	17.807	(26.379)	32.998
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	7.539	2.313	(914)	8.938
Provisão tributos com exigibilidade suspensa	3.995	153	-	4.148
Outras provisões	8.411	6.383	(6.076)	8.718
Amortização Ágio - Submarino Finance	2.258	-	(93)	2.165
Prejuízo fiscal	2.114	-	(1.700)	414
	65.887	26.656	(35.162)	57.381

Contribuição social	Saldo		Realização	Saldo final
	inicial	Constituição		
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos em liquidação duvidosa	24.942	10.684	(15.827)	19.799
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	4.523	1.388	(548)	5.363
Provisão tributos com exigibilidade suspensa	2.397	92	-	2.489
Outras provisões	5.047	3.830	(3.645)	5.232
Amortização Ágio - Submarino Finance	1.355	-	(56)	1.299
Base negativa CSSL	1.269	-	(1.020)	249
	39.533	15.994	(21.096)	34.431
Total ativo diferido 2014	105.420	42.650	(56.258)	91.812
Total ativo diferido 2013	106.874	32.791	(37.704)	101.961

O quadro abaixo demonstra a realização estimada do saldo de créditos tributários em 30 de junho de 2014, ao longo dos próximos 10 (dez) anos, comparativamente com o valor presente, calculado com base em taxas referenciais divulgadas pela BM&F:

Período	Realização do crédito de imposto de renda		Realização do crédito de contribuição social		2014	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
	2014	32.668	31.020	19.599	18.612	52.267
2015	6.939	5.933	4.163	3.560	11.102	9.493
2016	6.939	5.316	4.163	3.189	11.102	8.505
2017	4.546	3.113	2.728	1.868	7.274	4.981
2018	4.546	2.779	2.728	1.667	7.274	4.446
até 2023	1.329	548	801	329	2.130	877
Total	56.967	48.706	34.182	29.225	91.149	77.934

Fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, apresentamos o quadro abaixo demonstrando a realização do saldo de créditos tributários em 30 de junho de 2014, ao longo do ano de 2014, comparativamente com o valor presente, calculado com base em taxas referenciais divulgadas pela BM&F:

Período	Realização do crédito de prejuízo fiscal		Realização do crédito de base negativa		2014	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
	2014	414	394	249	237	663
Total	414	394	249	237	663	631

9. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são representadas principalmente por gastos com acordos comerciais firmados com parceiros, objetivando aumentar a oferta, disponibilidade e exploração dos produtos financeiros nas redes de lojas, e são amortizadas linearmente pelo prazo de duração dos respectivos contratos, que varia de três a dez anos, e totalizaram R\$ 39.242 (R\$ 44.620 em 2013).

10. PERMANENTE

a) Imobilizado:

	2014		2013	
	Depreciação	Valor	Depreciação	Valor
	(%) Custo	Acumulada	Impairment líquido	líquido
Instalações	10	618 (369)	(24)	225 339
Móveis e equipamentos de uso	10	276 (113)	(42)	121 127
Sistema de comunicação - equipamentos	20	191 (82)	(60)	49 50
Sistema de processamento de dados	20	1.325 (659)	(110)	556 341
Sistema de segurança	20	3 (1)	-	2 3
Total	2.413	(1.224)	(236)	953 860

b) Intangível: É representado principalmente pelo intangível incorporado da Submarino Finance, no montante de R\$ 40.493, decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis e testados por impairment ao menos anualmente, conforme mencionado na nota explicativa 3.e, bem como por outros ativos intangíveis, no total de R\$ 3.589.

Ágio incorporado - Submarino Finance	2014		2013		
	Depreciação	Valor	Depreciação	Valor	
	(%) Custo	Acumulada	líquido	líquido	
20	45.989	(5.496)	40.493	43.965	
Outros ativos intangíveis	20	16.983	(13.394)	3.589	5.005
Total	62.972	(18.890)	44.082	48.970	

(i) O prazo de amortização é de 20 anos, a se encerrar em fev/2026.

11. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Os depósitos interfinanceiros referem-se a operações de captação efetuadas com taxas prefixadas que variam de 8,52% a 11,96% ao ano (7,71% a 14,39% em 2013). A composição por vencimento é assim resumida:

Descrição	2014		2013	
	Ativo/passivo	Recetas/(despesas)	Ativo/passivo	Recetas/(despesas)
Até 30 dias	155.995	113.848	-	-
De 31 a 60 dias	75.810	115.238	-	-
De 61 a 90 dias	155.115	104.408	-	-
De 91 a 180 dias	206.432	260.584	-	-
De 181 a 360 dias	153.816	336.345	-	-
Total do circulante	747.168	930.423	-	-
Acima de 360 dias	27.942	255.525	-	-
Total de longo prazo	27.942	255.525	-	-
Total	775.110	1.185.948	-	-

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

Descrição	2014			2013		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
	Imposto de renda e contribuição social	6.160	- 6.160	2.133	- 2.133	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	1.622	- 1.622	1.162	- 1.162	-	-
Provisão para contingências fiscais (Nota 13.a)	-	- 16.592	16.592	-	- 18.078	18.078
Contribuição para o COFINS (ii)	3.608	- 3.608	1.831	- 1.831	-	-
Impostos e contribuições serviços de terceiros	234	- 234	212	- 212	-	-
Imposto sobre serviços - ISS (iii)	273	- 273	276	- 276	-	-
Programa de integração social - PIS (ii)	586	- 586	298	- 298	-	-
Contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE	-	-	3	- 3	-	-
Impostos e contribuições sobre salários	2.144	- 2.144	2.207	- 2.207	-	-
Total	14.627	16.592	31.219	18.212	18.078	26.200

(i) A provisão de impostos e contribuições diferidos está relacionada a exclusão temporária referente a receita de atualização monetária do depósito judicial da Cetelem Brasil. (ii) A Cetelem Brasil apura a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pelo regime cumulativo. As alíquotas aplicadas são respectivamente 0,65% e 4%. (iii) A Cetelem Brasil tem sede e recolhe o Imposto Sobre Serviços (ISS) na cidade de Barueri, onde a alíquota é de 2%. b) Diversas:

Descrição	2014			2013		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
	Credores diversos - País (i)	724.797	- 724.797	547.503	- 547.503	-
Provisão para pagamentos a efetuar (ii)	28.535	- 28.535	25.951	- 25.951	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 27)	10.040	- 10.040	7.750	- 7.750	-	-
Provisão para ações judiciais (iii)	-	- 35.750	35.750	- 6.280	28.872	35.152
Provisão para despesas de pessoal	7.440	- 7.440	5.869	- 5.869	-	-
Outros	-	-	52	- 52	-	-
Total	770.812	35.750	806.562	593.405	28.872	622.277

(i) Referem-se, principalmente, aos valores a serem liberados aos estabelecimentos conveniados, por conta de compras efetuadas pelos clientes com os cartões Aura e Mastercard, as quais se encontram vinculadas às operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Cetelem Brasil. (ii) Referem-se, basicamente, a contas a pagar relativas à prestação de serviços de assessoria, marketing e outras despesas administrativas. (iii) Em 30 de junho de 2014, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordem civil, cujas características são de ordem indenizatória movidas por clientes e processos judiciais trabalhistas. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Cetelem Brasil acredita manter registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos desses processos (Nota 13.a).

13. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Composição das provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais:

Obrigações legais e contingências fiscais	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Contribuição para o COFINS	314	293	-	-
Programa de Integração Social - PIS	16.278	15.149	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	- 2.636	-	-
Total de obrigações legais e contingências fiscais (Nota 12a)	16.592	18.078	-	-
Outros passivos contingentes	2014	2013	2014	2013
Provisão para contingências cíveis	34.559	31.402	-	-
Provisão para contingências trabalhistas	1.291	3.750	-	-
Total de outros passivos contingentes (Nota 12b)	35.750	35.152	-	-
Total de passivos contingentes e obrigações legais	52.342	53.230	-	-

b) Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.978	3.079	27.075	46.132
Constituição de provisão	-	593	9.781	10.374
Reversão de provisão	-	(2.381)	(2.397)	(4.778)
Despesas de atualização monetária	614	-	-	614
Saldo em 30 de junho de 2014	16.592	1.291	34.459	52.342
Quantidade de processos	2	28	4.966	4.994
Valor total de pleito	16.592	1.875	78.569	97.036

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2012	17.613	3.457	24.473	45.543
Constituição de provisão	38	844	9.896	10.778
Reversão de provisão	-	(551)	(2.967)	(3.518)
Despesas de atualização monetária	427	-	-	427
Saldo em 30 de Junho de 2013	18.078	3.750	31.402	53.230
Quantidade de processos	9	122	5.807	5.929
Valor total de pleito	18.078	9.819	100.464	128.361

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, o total de perdas com ações e indenizações cíveis e trabalhistas foram de R\$ 9.865 (2013 R\$ 10.715). c) Movimentação dos depósitos judiciais: A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada da seguinte forma:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.978	1.388	14.346	31.712
Constituição por pagamento	-	1.567	4.936	6.503
Baixas por utilização no encerramento de causas	-	(1.198)	(6.650)	(7.848)
Atualizações monetárias	614	66	192	872
Saldo em 30 de junho de 2014	16.592	1.823	12.824	31.239

Obrigações legais: PIS/COFINS - As principais teses em discussão são relativas a mandados de segurança cujo foco da discussão é a inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 (composição da base de cálculo) no montante de R\$ 16.592 (R\$ 18.078 em 2013). Não existem causas classificadas como nível de risco "possível". Contingências trabalhistas: São ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial. Com o objetivo de padronizar o critério de provisão para contingências trabalhistas entre as empresas do grupo Cetelem, a partir de junho de 2014, o cálculo de provisionamento passou a ser constituído com base no histórico de perda e valores pagos em processos encerrados sendo este histórico considerado para mensuração das provisões sobre os processos em andamento. Contingências cíveis: São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cobrança de taxas, tarifas, encargos, fraude, recusa de crédito e negatização indevida. Assim como as contingências trabalhistas, o cálculo de provisionamento é constituído com base no histórico de perda e valores pagos em processos encerrados, sendo este histórico considerado para mensuração das provisões sobre os processos em andamento.

14. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se as receitas sobre pré-pagamentos em operações de cartão de crédito oriundas da antecipação do repasse de compras parceladas (Nota 24). As receitas são apropriadas de acordo com o prazo de amortização da Carteira de Crédito.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital subscrito está representado por 346.752.523 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 1º de abril de 2014 houve redução do capital social em R\$ 75.661,00 (setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e um mil reais), mediante absorção de prejuízos acumulados, passando do R\$ 422.414,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões e quatrocentos e quatorze mil reais) para R\$ 346.753,00 (trezentos e quarenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e três mil reais), com o consequente cancelamento de 75.661 (setenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e um mil) ações ordinárias nominativas. b) Dividendos: Conforme definido no Estatuto Social da Cetelem Brasil, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido de cada exercício. c) Destinação de lucros: Do lucro líquido apurado no final de cada exercício, 5% são destinados para a constituição da reserva legal. Conforme definido no Estatuto Social da Cetelem Brasil são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em junho de 2014, foi efetuada a destinação dos lucros acumulados para a rubrica Reservas Especiais de Lucro em atendimento à Resolução CMN nº 3.605 de 29 de agosto de 2008. d) Acordo da Basileia: As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Desde 31 de março de 2009, a Cetelem Brasil vem apurando os limites de forma consolidada através do Banco BNP Paribas S.A.

16. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2014	2013
Empréstimos	292.059	235.118
Financiamentos	4.178	2.535
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	9.183	6.465
Despesa com cessão de crédito	(38.568)	(35.996)
Total	266.852	208.122

17. OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS Em junho de 2014, a Cetelem Brasil revendeu créditos consignados adquiridos do Banco BMG no montante de R\$ 1.245.909, sem qualquer tipo de cobrigação ou prestação de garantias, e apurou lucro na venda no montante de R\$ 55.920. A administração, com base nos termos do contrato de revenda, classificou a transação como operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, nos termos da Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008.

18. DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2014	2013
Depósitos interfinanceiros	120.822	77.782
Total	120.822	77.782

Devido à venda de carteira mencionada na Nota 17, houve a liquidação antecipada da Carteira de Depósitos Interfinanceiros vinculados a estas operações,